

MEMORANDO INTERNO N ° 82/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Solicitação de Cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

Interessado: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR - ARP Nº 11/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR, sobre o pedido de cancelamento dos itens:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA
254	UN	RINGER LACTATO 500 ML	JP
271	BO	SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% 500 ML	JP
310	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML	JP
313	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML	JP
314	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML	JP
316	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1000ML	JP
317	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	JP
318	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML	JP
319	BO	GLICOSE 5% 500ML	JP
320	BO	GLICOSE 5% 1000ML	JP
321	BO	GLICOSE 5% 250ML	JP

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 10 de junho de 2022

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

10/06/2022

ASS: Elton R. Castro Garcez

Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

2367
8

Marcel Cardoso - Licitação CIOP

De: Ricardo <compras@dimebrashospitalar.com.br>
Enviado em: sábado, 4 de junho de 2022 11:37
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: ENC: Pedido - Presidente Prudente (CIOP)
Anexos: NF 181650.pdf; NF 174661.pdf; NF 175632.pdf; Presidente Prudente - Pedido de cancelamento (CIOP).pdf

Boa tarde.

Encaminho pedido de cancelamento (de diretito) instruído com razões do pedido e notas fiscais para efeito probatório.

Caso o responsável por analisar este pedido não seja encontrado neste endereço de e-mail, solicito que, se possível, nos retorne informando o e-mail correto ou encaminhe esta mensagem para o setor responsável.

Qualquer dúvida, favor entrar em contato.

Atenciosamente,

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos - CIOP
RG: 42.187.355-3

04/06/22

ATT. RENAN RODRIGUES

renan@dimebrashospitalar.com.br



Rua Paulo de Frontim, 25 – Vila Virgínia
Fone: (16) 35193170 / Fax: (16)3519-3173
CEP: 14030-430 – Ribeirão Preto – SP.
E-mail: dimebras@dimebrashospitalar.com.br

ILUSTRÍSSIMO(A). SR(A). GESTOR(A) DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 25/2021
Ata de Registro de Preços nº 11/2022

Dimebras Comercial Hospitalar Ltda, pessoa jurídica de Direito Privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 56.081.482/0001-06, sediada na Rua Paulo de Frontim, nº 25, no bairro Vila Virgínia, na cidade de Ribeirão Preto/SP, CEP 14030-430, telefone (16) 3519-3170, endereço eletrônico dimebras@dimebrashospitalar.com.br, por intermédio de seu representante legal, subscrito ao final, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, **EXPOR E REQUERER** o quanto segue:

DOS FATOS

Nossa empresa participou do procedimento licitatório que veio a ocorrer junto a Vossa Senhoria, vindo a ser classificada e posteriormente contratada para o fornecimento dos produtos adjudicados.

Sabe-se que vivemos atualmente um cenário de aumento de preços em âmbito mundial. Eventos como a disparada do preço dos combustíveis, a guerra na Ucrânia, entre

outros, afetaram sensivelmente muitos setores da economia, causando a disparada do custo de produtos e serviços e, por consequência, acelerando o processo inflacionário. Além disso, no Brasil ainda enfrentamos um contexto de instabilidade política, que também contribui decisivamente para a elevação dos preços. Tais fatores provocaram e provocam a subida do preço dos produtos em praticamente todos os ramos de atividade. No setor em que atuamos, do comércio de medicamentos e produtos hospitalares, as consequências não foram diferentes.

Dessa forma, cumpre esclarecer que alguns produtos que comercializamos tiveram seus preços severamente afetados. No caso do processo licitatório indicado supra, destaca-se:

Item	Unid.	Descrição	Marca
254	UN	Ringer lactato - 500 ml	JP
271	BO	Solução de glicerina 12% - 500 ml	JP
310	BO	Cloreto de sódio 0,9% - 100 ml	JP
313	BO	Cloreto de sódio 0,9% - 250 ml	JP
314	BO	Cloreto de sódio 0,9% - 500 ml	JP
316	BO	Soro glicofisiológico - 1000 ml	JP
317	BO	Soro glicofisiológico - 250 ml	JP
318	BO	Soro glicofisiológico - 500 ml	JP
319	BO	Glicose 5% - 500 ml	JP
320	BO	Glicose 5% - 1000 ml	JP
321	BO	Glicose 5% - 250 ml	JP

Para efeito probatório, encaminhamos as notas fiscais que evidenciam os preços de custo destas mercadorias tanto à época da licitação quanto nos dias atuais.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O Decreto Federal Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Capítulo VIII, da Revisão e do Cancelamento Dos Preços Registrados, artigo 19, por sua vez, descreve as medidas cabíveis quando há uma alta nos preços de mercado – o que torna o cumprimento da ata prejudicado.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Segundo o artigo supra, se o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado em ata e o fornecedor não puder honrar o compromisso, o órgão gerenciador poderá: (I) liberar o fornecedor sem a aplicação de qualquer penalidade, desde que a alta dos preços seja devidamente comprovada e comunicada antes do pedido do fornecimento; e (II) convocar os fornecedores remanescentes para negociação.

A revogação prevista na parte final do no parágrafo único do artigo 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013 ocorre quando as negociações para reequilíbrio econômico-financeiro

entre o órgão gerenciador e os fornecedores não obtiverem sucesso. Dessa forma, se não houver êxito nas negociações a ata de registro de preços deverá ser revogada.

DOS PEDIDOS

Pode-se observar que a Dimebras cumpriu os requisitos legais necessários, e, diante do que foi exposto, com base na legislação supra mencionada, solicitamos o **DEFERIMENTO** deste **PEDIDO DE CANCELAMENTO DE SALDO DOS ITENS** mencionados na tabela apresentada, inclusive para os quantitativos já empenhados.

Contando com pronunciamento que espera será favorável à solicitação ora apresentada, seja a referida empresa eximida de quaisquer cominações que do incidente pudessem advir.

Termos em que

Pede Deferimento.

Ribeirão Preto, 3 de junho de 2022.


56.081.482/0001-06
DIMEBRAS COMERCIAL
HOSPITALAR LTDA.
Rua Paulo de Frontim, 25
Vila Virgínia CEP 14030-430
Ribeirão Preto/SP

Ricardo Massaro da Silva
GERENTE COMERCIAL



NFe N°. 000.181.651
Série 001

2378

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 999
LAGOINHA - 14095-902
RIBEIRAO PRETO - SP Fone/Fax: 1635123500

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

N°. 000.181.650
Série 001
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

3522 0355 9720 8700 0150 5500 1000 1816 5017 1009 6023

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135220359942551 - 18/03/2022 14:18:04

TURMA DA OPERAÇÃO

Venda Produto

SCRIÇÃO ESTADUAL

582026713118

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

55.972.087/0001-50

ESTABELECIMENTO / REMETENTE

RAZÃO SOCIAL

MEBRAS COMERCIAL HOSP LTDA

ENDEREÇO

PAULO DE FRONTIM, 25

MUNICÍPIO

BEIRAO PRETO

BAIRRO / DISTRITO

VILA VIRGINIA

CEP

14030-430

DATA DA EMISSÃO

18/03/2022

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

UF

FONE / FAX

INSCRIÇÃO ESTADUAL

582196195118

SP

1636301080

TURMA / DUPLICATA

1.	001	Num.	002	Num.	003
c.	17/04/2022	Venc.	02/05/2022	Venc.	17/05/2022
yr	R\$ 6.854,90	Valor	R\$ 6.854,90	Valor	R\$ 6.854,90

LÍQUIDO DO IMPOSTO

ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS-FCP	BASE CÁLC ICMS S.T.	VALOR ICMS S.T.	VALOR ICMS S.T-FCP	TOTAL PRODUTOS
12.654,17	1.673,56	0,00	0,00	0,00	0,00	20.564,70
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	VALOR IMPORTAÇÃO	TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.564,70

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

MEBRAS COMERCIAL HOSP LTDA

ENDEREÇO

PAULO DE FRONTIM, 25

MUNICÍPIO

BEIRAO PRETO

FRETE POR CONTA

1-Destinatário

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

56.081.482/0001-06

MUNICÍPIO

RIBEIRAO PRETO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

582196195118

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

278

3.105,450

2.895,4

DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	BASE ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	VALOR ST+FCP	ALIQ ICMS	ALIQ
82	CLISTEROL 500 ML LOTE(S): 8252 22 QTDE: 200 VALIDADE: 03/2024 PMC: 7.83 Lote: 825222 Qt: 200 Val: 02/03/24	6,6900	1.338,00	804,81	107,03		13,30	
773	MANITOL 20% 250 ML FR-SFLOTE(S): 8068 22 QTDE: 120 VALIDADE: 01/2024 PMC: 10.67 Lote: 806822 Qt: 120 Val: 18/01/24	5,8100	697,20	419,36	55,77		13,30	
5011	GLICOSE 5% 1 L BOLSA PVCLOTE(S): 8228 22 QTDE: 100 VALIDADE: 02/2024 PMC: 8.46 Lote: 822822 Qt: 100 Val: 25/02/24	5,1200	512,00	307,97	40,96		13,30	
5012	GLICOSE 5% 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 8219 22 QTDE: 300 VALIDADE: 02/2024 PMC: 5.31 Lote: 821922 Qt: 300 Val: 24/02/24	3,5000	1.050,00	631,57	83,99		13,30	
5013	GLICOSE 5% 250 ML BOLSA PVCLOTE(S): 8176 22 QTDE: 350 VALIDADE: 02/2024 PMC: 4.00 Lote: 817622 Qt: 350 Val: 16/02/24	2,8500	997,50	600,00	79,80		13,30	
5015	GLICOSE 5% 100 ML BOLSA PVCLOTE(S): 2287 21 QTDE: 200 VALIDADE: 10/2023 PMC: 5.55 Lote: 228721 Qt: 200 Val: 25/10/23	2,4300	486,00	292,33	38,87		13,30	
5021	GLICOSE 10% 1 L BOLSA PVCLOTE(S): 9299 21 QTDE: 10 VALIDADE: 11/2023 PMC: 11.06 Lote: 929921 Qt: 10 Val: 30/11/23	6,9800	69,80	41,98	5,58		13,30	
5022	GLICOSE 10% 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 9008 21 QTDE: 40 VALIDADE: 09/2023 PMC: 7.24 Lote: 900821 Qt: 40 Val: 15/09/23	4,4500	178,00	107,06	14,23		13,30	
5023	GLICOSE 10% 250 ML BOLSA PVCLOTE(S): 9300 21 QTDE: 70 VALIDADE: 11/2023 PMC: 5.43 Lote: 930021 Qt: 70 Val: 30/11/23	3,2300	226,10	136,00	18,08		13,30	
5031	GLICOFISIOLÓGICO 5% 1 L BOLSA PVCLOTE(S): 0057 22 QTDE: 200 VALIDADE: 01/2024 PMC: 4.38 Lote: 005722 Qt: 200 Val: 07/01/24	5,1600	1.032,00	620,75	82,55		13,30	

DOS ADICIONAIS

FORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: PIS / COFINS NAO DEVIDO CONF CREDITO PRESUMIDO - LEI 10.548/02. ALIQ ICMS CONF ART 54 INC II RICMS/00/SP E REDUCAO BASE CALC RED CONF ANEXO II ART 62 RICMS/SP. PORTARIA CAT No 198/2009 E /2010 - REGIME ESPECIAL - PROCESSO No UA 31996-98/11/2011 - DOE DE 01/06/2011 - PEDIDO: 94023
PRESENTANTE COMERCIAL: 810 DISTRIBUIDORES RP Email do Destinatário: compras@dimebrashospitalar.com.br
fisco: CREDENCIADO: 2935, DATA PUBLICACAO: 02/09/2008
or Aproximado dos Tributos : R\$ 5.491,71

RESERVADO AO FISCO

JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 999
LAGOINHA - 14095-902
RIBEIRAO PRETO - SP Fone/Fax: 1635123500DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.181.650
Série 001
Folha 2/2

CHAVE DE ACESSO

3522 0355 9720 8700 0150 5500 1000 1816 5017 1009 6023

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NÚMERO DA OPERAÇÃO

Venda Produto

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135220359942551 - 18/03/2022 14:18:04

CRIÇÃO ESTADUAL

582026713118

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

55.972.087/0001-50

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CDIGO DDUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	BASE ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	VALOR ST+FCP	ALIQ ICMS	ALIQ
5032	GLICOFISIOLÓGICO 5% 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 0072 22 QTDE: 400 VALIDADE: 01/2024 PMC: 5.81 Lote: 007222 Qt: 400 Val: 07/01/24	30049099	020	5101	UN	400	3,5200	1.408,00	846,91	112,63			13,30	
5033	GLICOFISIOLÓGICO 5% 250 ML BOLSA PVCLOTE(S): 9387 21 QTDE: 105 VALIDADE: 12/2023 PMC: 3.06 Lote: 938721 Qt: 105 Val: 17/12/23	30049099	020	5101	UN	105	2,8600	300,30	180,63	24,02			13,30	
5041	FISIOLÓGICO 0,9% 1 L BOLSA PVCLOTE(S): 0597 22 QTDE: 123 VALIDADE: 03/2024 - 0623 22 QTDE: 377 VALIDADE: 03/2024 PMC: 7.54 Lote: 059722 Qt: 123 Val: 03/03/24 Lote: 062322 Qt: 377 Val: 07/03/24	30049099	020	5101	UN	500	4,5900	2.295,00	1.380,45	183,59			13,30	
5042	FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 0672 22 QTDE: 800 VALIDADE: 03/2024 PMC: 5.53 Lote: 067222 Qt: 800 Val: 11/03/24	30049099	020	5101	UN	800	3,2600	2.608,00	1.568,72	208,63			13,30	
5043	FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML BOLSA PVCLOTE(S): 0618 22 QTDE: 700 VALIDADE: 03/2024 PMC: 4.22 Lote: 061822 Qt: 700 Val: 04/03/24	30049099	020	5101	UN	700	2,7600	1.932,00	1.162,10	154,55			13,30	
5045	FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML BOLSA PVCLOTE(S): 0625 22 QTDE: 500 VALIDADE: 03/2024 PMC: 5.29 Lote: 062522 Qt: 500 Val: 07/03/24	30049099	020	5101	UN	500	2,4300	1.215,00	730,82	97,19			13,30	
5092	RINGER C/ FISIOLÓGICO 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 0469 22 QTDE: 60 VALIDADE: 02/2024 PMC: 6.05 Lote: 046922 Qt: 60 Val: 18/02/24	30049099	020	5101	UN	60	3,1800	190,80	114,76	15,26			13,30	
5101	RINGER C/ LACTATO SÓDIO 1 L BOLSA PVCLOTE(S): 0649 22 QTDE: 50 VALIDADE: 03/2024 PMC: 9.63 Lote: 064922 Qt: 50 Val: 09/03/24	30049099	020	5101	UN	50	4,7400	237,00	142,55	18,95			13,30	
5102	RINGER C/ LACTATO SÓDIO 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 0582 22 QTDE: 300 VALIDADE: 03/2024 PMC: 4.88 Lote: 058222 Qt: 300 Val: 02/03/24	30049099	020	5101	UN	300	3,3300	999,00	600,90	79,91			13,30	
5103	RINGER C/ LACTATO SÓDIO 250 ML BOLSA PVCLOTE(S): 0541 22 QTDE: 105 VALIDADE: 02/2024 PMC: 5.20 Lote: 054122 Qt: 105 Val: 26/02/24	30049099	020	5101	UN	105	2,7200	285,60	171,78	22,84			13,30	
5141	ÁGUA P/ INJEÇÃO 1 L BOLSA PVCLOTE(S): 8023 22 QTDE: 200 VALIDADE: 01/2024 PMC: 9.62 Lote: 802322 Qt: 200 Val: 05/01/24	30049099	020	5101	UN	200	5,5800	1.116,00	671,27	89,27			13,30	
5142	ÁGUA P/ INJEÇÃO 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 8009 22 QTDE: 100 VALIDADE: 01/2024 PMC: 7.08 Lote: 800922 Qt: 100 Val: 04/01/24	30049099	020	5101	UN	100	3,7500	375,00	225,56	29,99			13,30	
5143	ÁGUA P/ INJEÇÃO 250 ML BOLSA PVCLOTE(S): 8203 22 QTDE: 105 VALIDADE: 02/2024 PMC: 6.39 Lote: 820322 Qt: 105 Val: 22/02/24	30049099	020	5101	UN	105	2,8800	302,40	181,89	24,19			13,30	
51	METRONIDAZOL GENEÉRICO 100 ML BOLSA PVC LOTE(S): 0129 22 QTDE: 200 VALIDADE: 01/2024 Lote: 012922 Qt: 200 Val: 14/01/24	30039076	000	5101	UN	200	3,5700	714,00	714,00	85,68			12,00	



NFe N° 000.174.66
Série 001
2374

FA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 999
LAGOINHA - 14095-902
RIBEIRAO PRETO - SP Fone/Fax: 1635123500

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.174.661
Série 001
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

3521 1155 9720 8700 0150 5500 1000 1746 6110 0000 0800

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135211309966554 - 05/11/2021 11:22:59

ATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda Produto

CRICÃO ESTADUAL

582026713118

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

55.972.087/0001-50

STINATÁRIO / REMETENTE

VE / RAZÃO SOCIAL

MEBRAS COMERCIAL HOSP LTDA

DEREÇÃO

PAULO DE FRONTIM, 25

NICÍPIO

BEIRAO PRETO

CNPJ / CPF

56.081.482/0001-06

DATA DA EMISSÃO

05/11/2021

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

BAIRRO / DISTRITO

VILA VIRGINIA

CEP

14030-430

UF

FONE / FAX

SP

1636301080

INSCRIÇÃO ESTADUAL

582196195118

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

TURA / DUPLICATA

1.	001	Num.	002	Num.	003
2.	05/12/2021	Venc.	20/12/2021	Venc.	04/01/2022
3.	RS 14.976,47	Valor	RS 14.976,47	Valor	RS 14.976,46

LIQUIDO DO IMPOSTO

ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS-FCP	BASE CÁLC.ICMS S.T.	VALOR ICMS S.T.	VALOR ICMS S.T-FCP	TOTAL PRODUTOS
27.025,15	3.594,27	0,00	0,00	0,00	0,00	44.929,
OR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	VALOR IMPORTAÇÃO	TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.929,

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

VE / RAZÃO SOCIAL

MEBRAS COMERCIAL HOSP LTDA

DEREÇÃO

PAULO DE FRONTIM, 25

ANTIDADE

762

ESPÉCIE

MARCA

FRETE POR CONTA

1-Destinatário

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

56.081.482/0001-06

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

SP

582196195118

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

8.101,800

PESO LÍQUIDO

7.679,8

DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

DDIGO DDUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	BASE ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	VALOR ST-FCP	ALIQ ICMS	ALIQ
5045	FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML BOLSA PVCLOTE(S): 2262 21 QTDE: 6000 VALIDADE: 10/2023 PMC: 5.29 Lote: 226221 Qt: 6000 Val: 22/10/23	30049099	020	5101	UN	6.000	1,8400	11.040,00	6.640,60	883,19			13,30	
5043	FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML BOLSA PVCLOTE(S): 2118 21 QTDE: 3500 VALIDADE: 10/2023 PMC: 4.22 Lote: 211821 Qt: 3500 Val: 01/10/23	30049099	020	5101	UN	3.500	2,0100	7.035,00	4.231,58	562,80			13,30	
5042	FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 2325 21 QTDE: 420 VALIDADE: 10/2023 - 2326 21 QTDE: 1580 VALIDADE: 10/2023 PMC: 5.53 Lote: 232521 Qt: 420 Val: 28/10/23 Lote: 232621 Qt: 1580 Val: 28/10/23	30049099	020	5101	UN	2.000	2,3500	4.700,00	2.827,06	375,99			13,30	
5	FISIOLÓGICO 0,9% 1 L BOLSA PVCLOTE(S): 2312 21 QTDE: 8 VALIDADE: 10/2023 - 2313 21 QTDE: 992 VALIDADE: 10/2023 PMC: 7.54 Lote: 231221 Qt: 8 Val: 27/10/23 Lote: 231321 Qt: 992 Val: 27/10/23	30049099	020	5101	UN	1.000	3,3500	3.350,00	2.015,03	267,99			13,30	
5032	GLICOFISIOLÓGICO 5% 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 9023 21 QTDE: 1702 VALIDADE: 09/2023 - 9024 21 QTDE: 298 VALIDADE: 09/2023 PMC: 5.81 Lote: 902321 Qt: 1702 Val: 17/09/23 Lote: 902421 Qt: 298 Val: 17/09/23	30049099	020	5101	UN	2.000	2,4800	4.960,00	2.983,45	396,79			13,30	
5033	GLICOFISIOLÓGICO 5% 250 ML BOLSA PVCLOTE(S): 8686 21 QTDE: 700 VALIDADE: 07/2023 PMC: 3.06 Lote: 868621 Qt: 700 Val: 02/07/23	30049099	020	5101	UN	700	2,0800	1.456,00	875,78	116,47			13,30	
5011	GLICOSE 5% 1 L BOLSA PVCLOTE(S): 9052 21 QTDE: 700 VALIDADE: 09/2023 PMC: 8.46 Lote: 905221 Qt: 700 Val: 27/09/23	30049099	020	5101	UN	700	3,8400	2.688,00	1.616,84	215,03			13,30	
5012	GLICOSE 5% 500 ML BOLSA PVCLOTE(S): 1907 21 QTDE: 600 VALIDADE: 09/2023 PMC: 5.31 Lote: 190721 Qt: 600 Val: 02/09/23	30049099	020	5101	UN	600	2,4800	1.488,00	895,03	119,03			13,30	

DOS ADICIONAIS

ORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: PIS / COFINS NAO DEVIDO CONF CREDITO PRESUMIDO - LEI 10.548/02. ALIQ ICMS CONF ART 54 INC II RICMS/00/SP E REDUCAO BASE CALC RED CONF ANEXO II ART 62 RICMS/SP. PORTARIA CAT No 198/2009 E /2010 - REGIME ESPECIAL - PROCESSO No UA 31996-98111/2011 - DOE DE 01/06/2011 - PEDIDO: 89341
PRESENTANTE COMERCIAL: 810 DISTRIBUIDORES RP Email do Destinatário: compras@dimebrashospitalar.com.br
fisco: CREDENCIADO: 2935, DATA PUBLICACAO: 02/09/2008
or Aproximado dos Tributos : R\$ 12.018,60

RESERVADO AO FISCO

AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 999
LAGOINHA - 14095-902
RIBEIRAO PRETO - SP Fone/Fax: 1635123500

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.174.661
Série 001
Folha 2/2



CHAVE DE ACESSO

3521 1155 9720 8700 0150 5500 1000 1746 6110 0000 0800

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135211309966554 - 05/11/2021 11:22:59

ATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda Produto

CRIÇÃO ESTADUAL

582026713118

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

55.972.087/0001-50

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

[illegible]



NFe N°. 000.175.63:
Série 001

FA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A

AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 999
LAGOINHA - 14095-902
RIBEIRAO PRETO - SP Fone/Fax: 1635123500

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

N°. 000.175.632
Série 001
Folha 1/2



CHAVE DE ACESSO

3521 1155 9720 8700 0150 5500 1000 1756 3217 0340 1002

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135211402263573 - 24/11/2021 11:12:31

TUREZA DA OPERAÇÃO

Venda Produto

CRICÇÃO ESTADUAL

582026713118

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

55.972.087/0001-50

STINATÁRIO / REMETENTE

ME / RAZÃO SOCIAL

MEBRAS COMERCIAL HOSP LTDA

DIREÇÃO

PAULO DE FRONTIM, 25

NICÍPIO

BEIRAO PRETO

BAIRRO / DISTRITO

VILA VIRGINIA

CEP

14030-430

DATA DA EMISSÃO

24/11/2021

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

UF

SP

FONE / FAX

1636301080

INSCRIÇÃO ESTADUAL

582196195118

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

TURA / DUPLICATA

1.	001	Num.	002	Num.	003
2.	24/12/2021	Venc.	08/01/2022	Venc.	23/01/2022
3.	R\$ 19.616,00	Valor	R\$ 19.616,00	Valor	R\$ 19.616,00

ICULO DO IMPOSTO

LC ICMS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS-FCP	BASE CÁLC.ICMS S.T.	VALOR ICMS S.T.	VALOR ICMS S.T.-FCP	TOTAL PRODUTOS
35.397,25	4.707,74	0,00	0,00	0,00	0,00	58.848,
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	VALOR IMPORTAÇÃO	TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.848,

ANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

ME / RAZÃO SOCIAL

MEBRAS COMERCIAL HOSP LTDA

DIREÇÃO

PAULO DE FRONTIM, 25

FRETE POR CONTA

1-Destinatário

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEICULO

UF

CNPJ / CPF

56.081.482/0001-06

MUNICÍPIO

RIBEIRAO PRETO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

582196195118

QUANTIDADE

905

ESPECIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

9.369,000

PESO LÍQUIDO

8.858,5

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
905				9.369,000	8.858,5

QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	BASE ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	VALOR ST+FCP	ALIQ ICMS	ALIQ
1.000	5,0500	5.050,00	3,037,59	403,99			13,30	
2.000	2,4500	4.900,00	2,947,36	391,99			13,30	
700	2,1000	1.470,00	884,21	117,59			13,30	
400	3,7300	1.492,00	897,44	119,35			13,30	
2.400	2,4500	5.880,00	3,536,84	470,39			13,30	
350	2,0800	728,00	437,89	58,23			13,30	
1.000	3,3500	3.350,00	2,015,03	267,99			13,30	
7.000	2,0100	14.070,00	8,463,16	1.125,60			13,30	

DOS ADICIONAIS

ORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Contribuinte: PIS / COFINS NAO DEVIDO CONF CREDITO PRESUMIDO - LEI 10.548/02. ALIQ ICMS CONF ART 54 INC II RICMS/00/SP E REDUCAO BASE CALC RED CONF ANEXO II ART 62 RICMS/SP. PORTARIA CAT No 198/2009 E 2010 - REGIME ESPECIAL - PROCESSO No UA 31996-98111/2011 - DOE DE 01/06/2011 - PEDIDO: 85618
PRESENTANTE COMERCIAL: 810 DISTRIBUIDORES RP Email do Destinatário: compras@dimebrashospitalar.com.br
fisco: CREDENCIADO: 2935, DATA PUBLICACAO: 02/09/2008
or Aproximado dos Tributos : R\$ 15.741,82

RESERVADO AO FISCO

AV PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 999
LAGOINHA - 14095-902
RIBEIRAO PRETO - SP Fone/Fax: 1635123500

DANFE
Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.175.632
Série 001
Folha 2/2



CHAVE DE ACESSO

3521 1155 9720 8700 0150 5500 1000 1756 3217 0340 1002

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

ATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda Produto

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135211402263573 - 24/11/2021 11:12:31

CRICÃO ESTADUAL

582026713118

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

55.972.087/0001-50

DOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

[illegible]



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2393

B

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DOS ITENS:

	D e s c r i ç ã o	Und, Forc.	Marca/ modelo
254	R I N G E R L A C T A T O 5 0 0 M L	U N I D A D E	J P
271	SOLUÇÃO DE GLICERINA 12%, SISTEMA FECHADO	B O L S A C O M 5 0 0 M L	J P
310	SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO. CLORETO DE SÓDIO 0,9%.	B O L S A D E 1 0 0 M L	J P
313	SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO. CLORETO DE SÓDIO 0,9%.	B O L S A D E 2 5 0 M L	J P

gBh



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2394
8

314	SORO (SOLUÇÃO) FISIOLÓGICO. CLORETO DE SÓDIO 0,9%.	B O L S A D E 5 0 0 M L J	P
316	SORO (SOLUÇÃO) GLICOFISIOLÓGICA. GLICOSE 5% EM CLORETO DE SÓDIO 0,9%.	B O L S A D E 1 L I T R O J	P
317	SORO (SOLUÇÃO) GLICOFISIOLÓGICA. GLICOSE 5% EM CLORETO DE SÓDIO 0,9%.	B O L S A D E 2 5 0 M L J	P
318	SORO (SOLUÇÃO) GLICOFISIOLÓGICA. GLICOSE 5% EM CLORETO DE SÓDIO 0,9%.	B O L S A D E 5 0 0 M L J	P
319	SORO (SOLUÇÃO) GLICOSADO. GLICOSE 5%.	B O L S A D E 5 0 0 M L J	P
320	SORO (SOLUÇÃO) GLICOSADO. GLICOSE 5%.	B O L S A D E 1 L I T R O J	P
321	SORO (SOLUÇÃO) GLICOSADO. GLICOSE 5%.	B O L S A D E 2 5 0 M L J	P

gBK

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente aos itens supra, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 25/2021** sob a justificativa de que "vivemos atualmente um cenário de aumento de preços em âmbito mundial. Eventos como a disparada do preço dos combustíveis, a guerra na Ucrânia, entre outros, afetaram sensivelmente muitos setores da economia, causando a disparada do custo de produtos e serviços e, por consequência, acelerando o processo inflacionário. Além disso, no Brasil ainda enfrentamos um contexto de instabilidade política, que também contribui decisivamente para a elevação dos preços. Tais fatores provocaram e provocam a subida do preço dos produtos em praticamente todos os ramos de atividade. No setor em que atuamos, do comércio de medicamentos e produtos hospitalares, as consequências não foram diferentes".

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento nos moldes apresentados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço dos itens em tela sendo necessário, portanto, o seu cancelamento, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do

g B H

Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

52



2377
8

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

gB 12



Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 06 (meses) ano**.

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão que, para ser possível o cancelamento de item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que

BK

causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÀRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÀRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual.

JBK



Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevisíveis e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Não se vislumbra a possibilidade jurídica do cancelamento de item da ata ante a inaplicabilidade da teoria da imprevisão às atas de registro de preço.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para acolher o pleito da licitante.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

[Handwritten signature]

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2402

8

decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela mencionada empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa licitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2404
B

sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 19 de julho de 2022.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

2428
g

MEMORANDO INTERNO Nº 127/2022

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Cancelamento de itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

Interessado: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR - ARP nº 11/2022

Após pedido de cancelamento às fls. 2.367/2.377 sobre os itens:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA
254	UN	RINGER LACTATO 500 ML	JP
271	BO	SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% 500 ML	JP
310	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML	JP
313	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML	JP
314	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML	JP
316	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1000ML	JP
317	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	JP
318	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML	JP
319	BO	GLICOSE 5% 500ML	JP
320	BO	GLICOSE 5% 1000ML	JP
321	BO	GLICOSE 5% 250ML	JP

Encaminho o Parecer Jurídico às fls. 2.393/2.404, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 01 de agosto de 2022

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

2420
8

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Cancelamento de itens – Pregão Eletrônico – SRP – nº 25/2021

Interessado: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR - ARP nº 11/2022

Trata-se, em síntese, às fls. 2.367/2.377, solicitação de cancelamento dos itens:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA
254	UN	RINGER LACTATO 500 ML	JP
271	BO	SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% 500 ML	JP
310	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML	JP
313	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML	JP
314	BO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML	JP
316	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1000ML	JP
317	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML	JP
318	BO	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML	JP
319	BO	GLICOSE 5% 500ML	JP
320	BO	GLICOSE 5% 1000ML	JP
321	BO	GLICOSE 5% 250ML	JP

registrados na Ata de Registro de Preços nº 11/2022, alegando, em síntese, o aumento dos preços de produtos e serviços em esfera mundial por diversos fatores, tais como: o aumento dos combustíveis, a guerra na Ucrânia e instabilidade política.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 2.393/2.404, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR – CNPJ nº 56.081.482/0001-06, ARP Nº 11/2022**, mantendo-se o registro do preço para que seja fornecido conforme a divisão de embalagem primária do produto, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 01 de agosto de 2022


Maria Hêloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



2434
g

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: Solicitação de Cancelamento de itens. ARP nº 11/2022. Pregão Eletrônico nº 25/2021. Interessada: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR - CNPJ nº 56.081.482/0001-06, ARP Nº 11/2022. Decisão: Delibero pelo NÃO ACOlhIMENTO do pedido de cancelamento dos itens nº 254 - (RINGER LACTATO 500 ML), 271 - (SOLUÇÃO DE GLICERINA 12% 500 ML), 310 - (CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML), 313 - (CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML), 314 - (CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML), 316 - (SORO GLICOFISIOLÓGICO 1000ML), 317 - (SORO GLICOFISIOLÓGICO 250ML), 318 - (SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML), 319 - (GLICOSE 5% 500ML), 320 - (GLICOSE 5% 1000ML) e 321 - (GLICOSE 5% 250ML), conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 01 de agosto de 2022.

